

Lições do capitalismo organizado: o mercado de trabalho do Pós-Guerra nos países capitalistas centrais

*Fernando Augusto M. Mattos**

O atual estágio do desenvolvimento capitalista mundial reserva à questão social um quadro de contínua deterioração (mesmo nos países desenvolvidos), que se expressa na queda dos salários reais, na ruptura das garantias de emprego formal, na precarização das relações de trabalho e no progressivo desmonte do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State).

A falência do sistema monetário internacional construído em Bretton Woods e a política do dólar forte implementada pelos EUA no final dos anos 70 e no início dos 80 marcam o começo de um processo de intensas transformações na economia internacional e na forma como os Estados nacionais passaram a realizar políticas macroeconômicas. A desregulação dos fluxos de riqueza financeira e a crescente necessidade dos países de se submeterem aos desígnios do grande capital financeiro e de enfrentarem uma concorrência internacional predatória provocaram, como efeitos mais evidentes, modificações profundas tanto nas formas de produzir bens como também nas relações entre capital e trabalho.

A maneira como a ideologia hegemônica interpreta a atual ordem internacional reserva ao chamado processo de "globalização" o mesmo papel há muito tempo reservado ao "mercado", que, segundo os liberais, quando funciona "livremente", é um alocador eficiente de recursos. Os que se ufa-

* Mestre em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP e Doutorando pelo mês mo instituto. O autor agradece ao Professor Jorge Mattoso pelo incentivo à publicação deste artigo.

nam da nova ordem internacional vêm na chamada globalização um processo ao qual todos deveriam render-se,¹ dadas a sua inevitabilidade, e, ainda mais, a sua capacidade de distribuir investimentos indistintamente por todas as partes do Planeta e por todas as regiões de cada país². Por outro lado, há os que consideram que o atual estágio do desenvolvimento capitalista, além de tender a concentrar os investimentos em países selecionados (CHESNAIS, 1996), está dominado pela esfera de valorização financeira do capital³, com impactos extremamente perversos sobre o mundo do trabalho (BELLUZZO, 1996). Ou seja, o que poucos percebem é que a globalização de que tantos falam representa, fundamentalmente, a precedência da órbita de valorização financeira do capital sobre a órbita de sua valorização produtiva.⁴ Essa realidade tem um evidente impacto negativo sobre a criação de empregos, e não somente na indústria. Dessa forma, o mercado de trabalho

¹ Belluzzo (1996) reitera, criticamente, que "(...) a globalização é o novo nome da 'mão invisível', a cujos desígnios temos de nos submeter sem tugar nem mugir".

² Chesnais (1996) critica o conteúdo ideológico presente na palavra "globalização", ressaltando que: "Não é todo o planeta que interessa ao capital, mas somente parte dele (...). Graças ao seu fortalecimento e às políticas de liberalização que ganhou de presente em 1979-1981 (...) o capital recuperou a possibilidade de voltar a escolher, em total liberdade, quais os países e camadas sociais que têm interesse para ele (...). Hoje em dia, muitos países, certas regiões dentro de países, e até áreas continentais inteiras (na África, na Ásia e mesmo na América Latina) não são mais alcançados pelo movimento de mundialização do capital, a não ser sob a forma contraditória de sua própria marginalização".

³ Sobre a atual ordem econômica internacional, Chesnais (1996) argumenta que: "É na produção que se cria a riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza. Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do PIB (inclusive nos países da OCDE), ou do comércio exterior".

⁴ Cada vez mais, a valorização da riqueza capitalista assume a forma D-D', em detrimento da forma original D-M-D', segundo terminologia de Marx. Keynes e Minsky também demonstraram que o capitalismo não é só "mercado", entendido como o espaço de compra e venda de mercadorias produzidas pelo uso de equipamentos; o capitalismo é também "finança", e o seu objetivo precípuo, evidentemente, não é produzir para o "mercado", mas valorizar o capital da melhor maneira possível, e essa maneira, dependendo de uma série de condições que afetam as expectativas dos investidores, pode ser a valorização abstrata da riqueza acumulada — via mercado financeiro. A opção de não utilizar os equipamentos existentes (ou de investir em nova capacidade produtiva) leva ao "desemprego" desses equipamentos e, portanto, ao desemprego da mão-de-obra necessária para colocá-los em funcionamento.

expõe indicadores decepcionantes e revela a perversidade social do atual estágio do desenvolvimento capitalista.

O elevado desemprego dos países desenvolvidos⁵ e a contínua piora dos indicadores dos mercados de trabalho desses países nos anos 90 demonstram a acelerada deterioração social gerada pela atual ordem econômica internacional.

A história do capitalismo, entretanto, já registrou períodos de crescimento econômico aliado a melhorias consistentes dos indicadores sociais. Tal fato ocorreu especialmente no Pós-Guerra, nos países centrais. O objetivo deste texto é verificar quais os reflexos do período de expansão capitalista dos países centrais, no Pós-Guerra, sobre seus mercados de trabalho e ressaltar quais os fatores sócio-políticos e econômicos que tornaram possível esse ciclo virtuoso de crescimento, que representa uma exceção na história do capitalismo, pela melhoria que permitiu aos padrões de vida de extensas camadas das populações desses países.

Com esse esforço de interpretação, pretendemos, principalmente, encontrar elementos que possam contribuir para elucidar os efeitos do capitalismo globalizado sobre as formas de produzir bens e de valorizar a riqueza, com o intuito de avaliar as conseqüências sociais da atual ordem internacional. Ao resgatarmos o passado representado pela Era de Ouro, estamos, na realidade, defendendo a importância de recuperar, em primeiro lugar, a capacidade de controle das instituições internacionais sobre os fluxos de riqueza (especialmente financeira) e, conseqüentemente, a capacidade de formulação de políticas macroeconômicas de pleno emprego por parte dos Estados nacionais (EATWELL, 1993). Estas seriam as condições mínimas necessárias⁶ para a reversão do atual quadro de deterioração social em que se encontram a maioria dos países do Mundo. Em suma, ao estudarmos os Anos Dourados, estamos ressaltando a relevância do controle do Estado e da sociedade sobre o capitalismo (BELLUZZO, 1996), como condição primordial para a obtenção de um crescimento econômico socialmente virtuoso. Por fim, vale citarmos a instigante questão colocada por Chesnais (1996)

⁵ A Tabela 1 demonstra que as taxas de desemprego no G-7 têm aumentado de forma consistente nos últimos 25 anos.

⁶ O controle dos fluxos internacionais de capital financeiro (especialmente os de curto prazo) e a recuperação das condições para a formulação de políticas de pleno emprego por parte dos Estados nacionais estiveram entre as principais idéias defendidas por Keynes e White na elaboração das regras de Bretton Woods, conforme veremos à frente.

ao concluir⁷ um comentário a respeito da construção sócio-econômica do Pós-Guerra: “Quem ousará afirmar, com segurança, que algo semelhante não poderá ocorrer nos próximos anos?”.

1 - Bretton Woods e os principais elementos do capitalismo organizado

No quarto de século que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, os países capitalistas centrais apresentaram um crescimento econômico sem precedentes na história do desenvolvimento capitalista. Esse período estendeu-se por aproximadamente 25 anos⁸ e foi denominado de Anos Dourados⁹ pela literatura anglo-saxônica, dado o virtuosismo do período, revelado por seus indicadores macroeconômicos.

A Tabela 2 permite avaliar a dimensão da prosperidade desse período, especialmente se este for comparado a outros períodos da história capitalista. Esses dados também demonstram que, nos Anos Dourados, foram particularmente expressivas as trajetórias de crescimento da renda dos países

⁷ A frase citada está fechando o seguinte trecho, em que o autor está comentando que o capitalismo internacional apresentou, no século XX, diferentes regras de movimentação e controle da riqueza financeira: “(...) nos anos 20, os mercados financeiros todo-poderosos, sobretudo as Bolsas, e sua capacidade de orientarem a economia, parecia igualmente ‘irreversível’. Nos EUA, no fim de 1928 e início de 1929, o Presidente Coolidge não perdia ocasião de fustigar quem expressasse alguma preocupação com o nível alcançado pela bolha especulativa de Wall Street ou com as conseqüências dessa dominação das finanças sobre a repartição e alocação do investimento. Bastou o *crash* de Wall Street e o sucessivo desmoronamento do sistema bancário para dar origem, bem antes das adicionais conseqüências da Segunda Guerra Mundial, a um sistema de finanças compartimentadas, administradas, estritamente controladas pelas autoridades monetárias e políticas. Quem ousará afirmar, com segurança, que algo semelhante não poderá ocorrer nos próximos anos?”.

⁸ De modo aproximado, pode-se considerar que esse período vai de 1948, com o lançamento do Plano Marshall, até 1973, quando os indicadores macroeconômicos mostravam uma inequívoca reversão do período de prosperidade dos Anos Dourados.

⁹ Os franceses consideram um período um pouco mais extenso e denominam-no “Trinta Gloriosos”.

européus¹⁰ (exceto o Reino Unido) e do Japão. Os EUA já vinham apresentando, antes da Segunda Guerra, uma significativa prosperidade econômica.

O vertiginoso crescimento econômico desses países foi liderado pela expansão industrial, que apresentou dados fantásticos de aumento da produção, da produtividade e do emprego, conforme indicam os dados da Tabela 3. Nessa tabela, verifica-se que, na década de 50, foi expressiva a expansão do Produto industrial nos países selecionados, sendo menores nos EUA e na Inglaterra e ainda na Bélgica (prova-velmente porque foi um dos países mais atingidos pelos conflitos da Segunda Guerra). A expansão do emprego abaixo da evolução do Produto permitiu aumentos relevantes de produtividade, refletindo as modificações administrativas e tecnológicas nas indústrias dos países desenvolvidos no período da reconstrução do Pós-Guerra.

Os Anos Dourados também foram marcados por um intenso crescimento dos salários reais na indústria, especialmente a partir de meados dos anos 60. Essa contínua trajetória ascendente dos salários industriais foi favorecida pelo ambiente de crescimento econômico sustentado e pela ampliação do emprego global, fatores que, de resto, também favoreceram a atuação dos sindicatos. A Tabela 4 demonstra como a trajetória do salário real industrial, na Era Dourada, foi distinta da que posteriormente se verificaria nas décadas de 70 e 80, ressaltando as diferenças de comportamento dos salários médios reais do setor industrial no processo de expansão eco-

¹⁰ A literatura econômica refere-se a esse crescimento europeu diferenciado do Pós Segunda Guerra como o esforço de *catching-up* desses países, através do qual eles diminuíram a diferença existente entre si próprios e os EUA. Foi somente a partir dos anos 50 e, notadamente, nos anos 60 que os países europeus puderam constituir um padrão de consumo de massas que já existia nos EUA desde pelo menos meados dos anos 40. A Tabela 1 mostra que, durante várias décadas anteriores aos Anos Dourados, o crescimento econômico dos EUA foi bastante superior ao dos demais países. Os mesmos dados fazem também saltar aos olhos que a economia britânica teve desempenho bastante inferior ao dos demais países europeus. Esse resultado decepcionante parece confirmar a decadência econômica da Grã-Bretanha a partir de pelo menos o final do século passado (essa constatação também foi mencionada por Hobsbawm (1995), de quem a economia britânica recebeu o epíteto de "lerda").

nômica do Pós-Guerra comparativamente com os períodos que se seguiram aos dois choques do petróleo na década de 70.¹¹

A prosperidade econômica dos Anos Dourados foi resultante do arcabouço institucional criado nas conversações realizadas em Bretton Woods, uma pequena cidade do estado norte-americano de New Hampshire, em 1944. Essas conversações reuniram representantes de 44 países, com destaque para John Maynard Keynes (que presidiu os trabalhos e foi o representante da Grã-Bretanha) e Dexter White (representando os EUA). As decisões tomadas na Conferência de Bretton Woods tiveram por objetivo criar regras para o funcionamento da economia mundial no Pós-Guerra e planejar a reconstrução dos países atingidos pelos conflitos. Foram criadas instituições fundamentais para o cumprimento desses objetivos, como o FMI (destinado a criar mecanismos de ajustamento dos balanços de pagamento dos países deficitários), o BIRD (para fornecer recursos para investimentos de longo prazo dos países-membros) e o GATT (para incentivar e criar regras de funcionamento do comércio internacional, visando especialmente evitar as práticas protecionistas que tinham sido tão comuns entre os países no período da Grande Depressão do Entre-Guerras).

No que se refere às regras de caráter monetário-financeiras criadas em Bretton Woods, destacam-se o estabelecimento de uma paridade fixa entre o dólar e o ouro e a livre conversibilidade da moeda norte-americana¹² (que se tomou

¹¹ Estamos citando os choques do petróleo apenas como marco temporal para a análise, não que sendo "explicar" a perda de dinamismo industrial e econômico apenas por esses fenômenos. Entendemos que uma explicação para a perda de dinamismo dessas economias a partir de 1973 remonta a fatores estruturais, especialmente os relacionados aos problemas enfrentados pelo sistema financeiro internacional (a partir de meados dos anos 60), os quais foram muito bem retratados por Moffitt (1984) e Guttman (1994). Uma discussão sobre as causas da crise econômica dos anos 70 e sua coincidência com as crises do petróleo requereria uma análise muito mais profunda, que não é o objetivo deste texto. Sobre isto, ver Coutinho e Belluzzo (1984), texto em que os autores argumentam que a deterioração da hegemonia industrial norte-americana teve papel importante na crise internacional dos anos 70.

¹² A conversibilidade do dólar em ouro era garantida pelo Tesouro americano. A seguinte passagem de Moffitt (1984) explica essa questão e suas motivações: "(...) o Tesouro americano, interessado em manter a credibilidade do dólar, prometeu trocar saldos em dólares de estrangeiros por ouro, ao preço de 1934, que era de 35 dólares a onça. Como estoques de valor, ouro e dólar eram considerados equivalentes. Para assegurar a estabilidade monetária, os acordos de Bretton Woods estabeleceram taxas de câmbio fixas entre as inúmeras moedas nacionais". A credibilidade do sistema passou a ser ameaçada a partir do momento (especialmente no final dos anos 60) em que alguns países começaram a questionar a capacidade do governo americano em honrar a prometida conversibilidade do dólar em ouro, dada a elevada desproporção que foi se construindo ao longo dos anos entre o crescimento das reservas em dólar dos países e o crescimento da produção de ouro (bem menos elástica do que a emissão de dólares). Em 1971, o residente dos EUA, Richard Nixon finalmente decretou (unilateralmente) a supressão da garantia da conversibilidade do dólar em ouro.

moeda de reserva de valor internacional) em ouro, à taxa de US\$ 35 por onça do metal. Ficava também estabelecida uma paridade do dólar com todas as demais moedas nacionais, ficando pré-definidas regras restritivas para a mudança dessas paridades¹³.

A estabilidade cambial negociada em Bretton Woods foi decisiva para estimular os investimentos diretos em dólar, especialmente por parte dos EUA, em direção aos países europeus e ao Japão, bem como para construir um cenário mais seguro para o fluxo internacional de capitais. Esse cenário de estabilidade cambial e monetária facilitou o cálculo capitalista e incentivou os investimentos também dos capitais nacionais em seus países de origem. Entre as propostas de Keynes e de White¹⁴, destacava-se a intenção de criar condições para que os Estados nacionais pudessem desenvolver políticas macroeconômicas de pleno emprego.

¹³ A definição de paridades entre o dólar e as demais moedas significa o seguinte: o dólar estava ligado ao ouro (US\$35 por onça de ouro) e todas as demais moedas estavam ligadas ao dólar pela taxa de câmbio. Dessa maneira, indiretamente todas as demais moedas também estavam atreladas ao ouro. As paridades entre as moedas nacionais e o dólar foram estabelecidas em Bretton Woods, e ficou definido que a taxa de câmbio de cada moeda só poderia variar na faixa de 1% para cima e 1% para baixo sem prévias negociações entre os países ou, então, na faixa de 10% para cima ou para baixo, mas desde que essa alteração fosse submetida à aprovação das instituições financeiras internacionais (leia-se FMI e aprovação dos EUA, fundamentalmente). Para maiores detalhes sobre essa questão, ver Bordo (1994), Guttman (1994) e Van Der Wee (1987).

¹⁴ Havia diferenças importantes entre as propostas de White e de Keynes, fundamentalmente porque representavam, respectivamente, de um lado, a potência que emergia como hegemônica depois da guerra e, de outro lado, um dos países mais endividados (o Reino Unido estava especialmente endividado com os próprios norte-americanos). Keynes era mais incisivo na idéia de criação de um "banco central dos Bancos Centrais" (BELLUZZO, 1995) e defendia medidas que tornassem os países superavitários e os deficitários co-responsáveis pela divisão dos ônus do ajustamento dos países em déficit de balanço de pagamentos. Além disso, Keynes apregoava a necessidade de um aporte de recursos maior do que o que foi finalmente concedido para constituir o FMI e também propunha a criação de uma moeda de curso e referência internacionais (o "bancor"). No entanto foi o dólar norte-americano que passou a servir de referência para as reservas monetárias mantidas pelos países e também para as transações do comércio internacional, refletindo a hegemonia dos EUA naquele momento. White, por sua vez, defendia que os ônus de ajustamento das economias deficitárias caíssem somente sobre elas mesmas, embora esse processo devesse ser feito de maneira gradual, para evitar que os efeitos depressivos se alastrassem por todo o sistema econômico internacional. De qualquer forma, é importante frisar que ambos concordavam com a necessidade de criar regras restritivas para o fluxo de capitais de curto prazo e, fundamentalmente, com o fortalecimento da capacidade dos Estados nacionais em implementarem políticas de pleno emprego nos países capitalistas. Sobre as diferenças entre as propostas de Keynes e de White, ver Belluzzo (1995), Marglin (1990) e Bordo (1994).

As negociações de Bretton Woods, portanto, representaram o triunfo dos mecanismos de **coordenação e planejamento** sobre os ideais do *laissez-faire*¹⁵, que tinham sido hegemônicos até o período da Grande Depressão do Entre-Guerras. O arcabouço institucional que emergiu de Bretton Woods teve destacada importância para o surto de expansão econômica dos anos 50 e 60, um período de notável desenvolvimento industrial e de constituição de uma sociedade de consumo de massas nos países europeus e no Japão. Os EUA saíram das reuniões de Bretton Woods com sua posição hegemônica fortalecida. Essa hegemonia se refletia nos mais variados campos: industrial, tecnológico, militar e das finanças. A moeda norte-americana (dólar) emergiu como a única moeda¹⁶ de curso internacional, sendo utilizada nas transações comerciais entre os países, nos contratos entre eles e servindo também como referência para o valor das reservas acumuladas por praticamente todas as nações (inclusive a URSS).

As decisões tomadas em Bretton Woods foram fundamentais para o posterior desempenho econômico dos países centrais não tanto por seus

¹⁵ É interessante registrar um comentário de Hobsbawm (1995) a respeito dos que ainda defendiam as idéias do liberalismo econômico nos anos 40, mesmo depois de constatarem os efeitos depressivos que a forma de funcionamento da economia mundial e as políticas macroeconômicas fundadas nessa ideologia tiveram sobre as economias nacionais dos países centrais no período do Entre-Guerras. Nesse comentário, o autor ilustra (ironicamente) como estava em baixa a ideologia do *laissez-faire* no Pós-Guerra: “Eram verdadeiros crentes da equação ‘Livre Mercado = liberdade do indivíduo’, e conseqüentemente condenavam qualquer desvio dela, como, por exemplo, **A Estrada para Servidão**, para citar o título do livro de Hayek publicado em 1944. Tinham defendido a pureza do mercado na Grande Depressão. Continuavam a condenar as políticas que faziam de ouro a Era de Ouro, quando o mundo ficava mais rico e o capitalismo (acrescido do liberalismo político) tornava a florescer com base na mistura de mercados e governos. Mas entre a década de 1940 e a de 1970 ninguém dava ouvidos a tais Velhos Crentes”.

¹⁶ No entre-Guerras, a libra ainda dividia com o dólar o papel de moeda mais utilizada nas transações do comércio mundial. Segundo Hobsbawm (1995), “(...) o sistema global fora um dia estabilizado pela hegemonia, ou pelo menos centralidade, da economia britânica e sua moeda, a libra esterlina. No entre-guerras, a Grã-Bretanha e a libra não eram mais suficientemente fortes para carregar esse fardo, que agora (pós-guerra) só podia ser assumido pelos EUA e o dólar”. Depois de Bretton Woods, portanto, o dólar definitivamente assume a posição de moeda de curso internacional sem rivais dentro da economia mundial.

efeitos imediatos¹⁷, mas por causa da definição das regras de funcionamento da ordem monetário-financeira que passaria a reger as transações no comércio mundial e a movimentação de capitais entre os países. A definição de uma paridade fixa¹⁸ entre o dólar e o ouro permitiu a expansão do dólar como moeda-crédito, gerando liquidez monetária internacional. Nesse contexto é que ocorreram o lançamento do Plano Marshall (importante não só pelo aporte de recursos que foram feitos, mas também pelas expectativas favoráveis que gerou para os investimentos produtivos do setor privado) e o processo de transnacionalização da grande empresa norte-americana¹⁹. A ampliação do déficit do balanço de pagamentos dos Estados Unidos representou o pilar principal da expansão da liquidez monetária em escala mundial (GUTTMANN, 1994) e teve papel decisivo para a recuperação econômica dos países europeus e do Japão. No item seguinte, vamos avaliar quais os resultados desse crescimento econômico sobre o mercado de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos.

2 - A consolidação do mercado de trabalho organizado nos marcos da Guerra Fria

O momento histórico do Pós-Guerra marcou o rompimento de uma série de dogmas que ainda persistiam durante a Grande Depressão. As idéias

¹⁷ O Acordo de Bretton Woods, conforme já salientamos, foi firmado em 1944, mas, no imediato Pós-Guerra, o mundo capitalista não conseguiu promover um crescimento econômico significativo, tanto por falta de empenho dos EUA (que adotou, então, uma postura isolacionista), como porque os elementos "externos" impulsionadores dos investimentos do setor privado somente seriam criados mais tarde, conforme discutiremos em seguida. Hobsbawm (1995, caps. 8, 9) lembra que os anos do imediato Pós-Guerra foram marcados por um pessimismo semelhante ao que se abatera sobre a maioria dos países no período da Grande Depressão do Entre-Guerras.

¹⁸ Os comentários de Marglin (1990) mostram as delimitações da paridade cambial definida em Bretton Woods: "(...) *the idea was to steer a middle course between the excessive rigidity of gold and a gold-exchange standard and the excessive uncertainty of a floating-rate regime*". Isso significa que a paridade dólar-ouro não estaria mais submetida a uma obsessiva estabilidade (como na época do padrão-ouro, vigente até a Segunda Guerra), podendo ser flexibilizada segundo os objetivos dos Estados nacionais de obtenção de pleno emprego.

¹⁹ Sobre o processo de transnacionalização da grande empresa norte-americana, ver Coutinho e Belluzzo (1984).

de orçamento equilibrado e de obsessão pela paridade fixa das relações cambiais foram abandonadas, em um ambiente em que o **planejamento econômico** e a **regulamentação da concorrência** passaram a ser considerados importantes, especialmente quando estavam ainda vivas as reminiscências da primeira metade do século²⁰ (Era da Catástrofe, segundo Hobsbawm (1995)). Dessa forma, as intervenções anticíclicas do Estado passaram a ser consideradas não só legítimas, mas também necessárias para sustentar a demanda efetiva e estimular a retomada dos investimentos privados.

O momento político vigente no Pós-Guerra, determinado pela Guerra Fria, criou condições para que fosse estabelecida uma “construção política” (HOBSBAWM, 1995), que deveria levar a um surto intenso de crescimento econômico, que permitisse a reconstrução dos países europeus e do Japão — única alternativa para afastar a “ameaça” comunista representada pela URSS.²¹ Nesse contexto, a constituição do Welfare State²² assegurou uma maior homogeneização das sociedades européias, promovendo um crescimento expressivo da produção de bens e serviços públicos, bem como um

²⁰ Sobre o Entre-Guerras, ver Aldcroft (1977).

²¹ No imediato Pós-Guerra, eram grandes a miséria e o desemprego nos países europeus, e, nessa conjuntura, cresciam os movimentos de esquerda (partidos políticos e sindicatos) na maioria desses países (até nos EUA eles estavam em alta). Deve-se lembrar que na aquele momento já estava consolidado o bloco do Leste Europeu que gravitava em torno da URSS, que apresentava resultados macroeconômicos bastante positivos. Ressalte-se, por fim, que a atuação da URSS na guerra contra o nazismo ampliara, por toda a Europa, as simpatias populares por essa nação. Só para ilustrar, é interessante notar que também a URSS teve um significativo crescimento econômico enquanto o capitalismo vivia seus Anos Dourados. Dados de Maddison (1989) mostram que a economia soviética cresceu a uma taxa média anual de 5,0% de 1950 a 1973, enquanto o crescimento médio dos países da OCDE foi de 4,9% anuais nesse mesmo período.

²² O Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) representa um conjunto de medidas de intervenção do Estado nacional no sentido de atenuar as desigualdades sociais criadas pelo desenvolvimento econômico capitalista e reúne desde medidas relacionadas à regulação da produção e distribuição de bens privados até a produção e distribuição de uma série de bens e serviços públicos e/ou coletivos, destacando-se as áreas de saúde e de educação. Também faz parte dos elementos constituintes do Welfare State a criação de várias formas de transferência direta de recursos financeiros de caráter social, como renda mínima, seguro desemprego, previdência, etc. Todos esses elementos estão inseridos em um contexto político em que a sociedade referenda a necessidade de criar mecanismos de enfrentamento das desigualdades inerentes à dinâmica de acumulação da economia capitalista.

aumento da renda familiar via transferência direta de recursos públicos para inativos e desempregados. Dentro desse contexto político, também se insere a implementação do Plano Marshall, cuja aprovação pelo Congresso norte-americano só foi possível por causa das condições políticas determinadas pela Guerra Fria.

A generalização de **acordos coletivos** entre empresas e sindicatos esteve inserida nessa “construção política” da Era de Ouro e foi um importantíssimo elemento propulsor do ciclo virtuoso de crescimento econômico do período. Embora com diferenças não desprezíveis entre os países, a consolidação desses acordos “social-democratas”, com as economias nacionais em pleno emprego, permitiu aumentar a renda dos trabalhadores, ao assegurar ganhos salariais reais expressivos e conformar uma demanda efetiva em permanente expansão, o que, por sua vez, gerava uma expectativa favorável para a continuidade dos investimentos produtivos por parte do setor privado.

A retomada dos investimentos produtivos e a expansão das oportunidades abertas por novos mercados (obras de infra-estrutura da reconstrução, demanda por bens de consumo duráveis reprimida desde a guerra, expansão das indústrias produtoras de bens intermediários e de capital) e ainda a intensificação dos gastos militares dos EUA estiveram entre os principais elementos que levaram ao crescimento vertiginoso da produção industrial dos principais países capitalistas. A exportação de mercadorias norte-americanas e a expansão do déficit do balanço de pagamentos dos Estados Unidos, em um ambiente de alta liquidez financeira internacional garantida pelas regras monetário-financeiras criadas em Bretton Woods, geraram efeitos multiplicadores de renda nos países centrais.

A expansão da grande empresa norte-americana também teve um papel fundamental na reconstrução européia. A internacionalização da concorrência intercapitalista promoveu a oligopolização dos mercados. A constituição de um mercado de consumo de massas que veio junto a esse processo mudaria a estratégia de ampliação de vendas dos conglomerados oligopolistas norte-americanos e europeus, que passaria, então, a basear-se na aceleração da obsolescência dos produtos, com o permanente recurso à diferenciação de modelos (especialmente nos automóveis e eletrodomésticos), no crescimento do papel da publicidade e também nos ganhos de escala da produção em massa de bens de consumo. A supressão da prática de concorrência via preços impedia que eventuais recuos da demanda global gerassem efeitos depressivos, que poderiam acabar se generalizando

por todo o sistema econômico mundial, conforme ocorrera na época da Grande Depressão. A formação de preços passava então a ser feita via determinação de margens de lucros, que eram adicionadas aos custos de produção. Nesse contexto, a determinação salarial através de acordos coletivos concedia às empresas a possibilidade de poderem planejar seus custos e sua rentabilidade, além de garantir a perspectiva de demanda efetiva crescente.²³

A vertiginosa recuperação da produção industrial (e dos serviços produtivos a ela associados) pôde, então, incorporar grandes contingentes de trabalhadores que estavam desempregados no imediato Pós-Guerra. A eles, acrescentavam-se outros, oriundos dos fluxos de migração interna,²⁴ constituídos de trabalhadores que deixavam a agricultura ou as áreas mais pobres dos principais países em busca das novas oportunidades de emprego que estavam sendo criadas. A Tabela 5 mostra que o crescimento do emprego agregado foi mais expressivo nos Anos Dourados do que em outros períodos (novamente, com exceção dos EUA).

O crescimento da demanda agregada do Pós-Guerra, portanto, foi determinado por vários fatores. Do lado dos **investimentos**, o Plano Marshall dera início a um processo de recuperação industrial e de obras de infra-estrutura, criando um ambiente mais propício à retomada dos **investimentos do setor privado** nos países europeus. A transferência de recursos por parte do Governo dos EUA criou um ambiente de estabilidade inflacionária e cambial, abrindo horizontes para o investidor europeu (e japonês) e também para as empresas norte-americanas em processo de transnacionalização. O **investimento público**, por outro lado, foi favorecido pelo efeito que o *boom* econômico teve sobre a capacidade de arrecadação tributária por parte dos Estados nacionais. Além disso, o próprio crescimento econômico acelerado ampliava a possibilidade

²³ Boyer (1995) salienta que a expansão do mercado interno torna a concorrência moderada, substituindo a concorrência predatória do Entre-Guerras, que se revelava na diminuição de preços como estratégia de ampliação de vendas em um contexto de demanda fraca. A consolidação do mercado de consumo de massas permite que o salário seja encarado como elemento constituinte da demanda global e não simplesmente como "custo". A elevação dos salários não deprime a rentabilidade dos investimentos. A demanda aquecida e a oligopolização dos mercados fazem com que os custos adicionais sejam facilmente repassados para os preços finais dos produtos.

²⁴ Ver Hobsbawm (1995).

de que o crescimento econômico futuro pudesse compensar os eventuais déficits orçamentários.

Do lado do **consumo**, foi fundamental a consolidação do fordismo (e a produção em massa de bens de consumo que constitui esse modelo), ancorado na formalização do pacto “social-democrata”, que criou condições para que aumentassem o nível global de emprego e as taxas de salários reais (sem que a rentabilidade dos investimentos fosse prejudicada). O aumento da massa salarial permitiu uma ampliação sem precedentes do consumo de bens de consumo duráveis das famílias européias, aumentando a parcela dos gastos com consumo das famílias alocada em bens duráveis (Tabela 6) e consolidando um padrão de consumo semelhante ao norte-americano. A generalização dos contratos coletivos de trabalho, a partir dos setores industriais líderes, ampliou a segurança no trabalho²⁵ e possibilitou às famílias planejarem seus gastos, os quais, de resto, também foram bastante favorecidos pela consolidação de mecanismos de financiamento ao consumo.²⁶ A ampliação desses mecanismos foi decisiva para aumentar as vendas, pois permitiu aos trabalhadores o acesso a bens de consumo duráveis (especialmente habitação e automóveis), cujos valores eram bem mais elevados do que os que seus rendimentos correntes poderiam suportar. Por fim, a constituição do Welfare State e a transferência de renda por ele promovida para os desempregados e inativos incorporaram uma quantidade não desprezível de pessoas ao mercado de consumo. O Welfare State, portanto, representou um outro elemento importante de sustentação da demanda agregada nessas décadas.

Apesar da notável expansão do comércio internacional nesse período (Tabela 7), o crescimento da produção, nos países centrais, teve, nos res-

²⁵ Segurança no trabalho significa a existência de sistemas de garantia de emprego estabelecidos através de negociação coletiva e/ou de legislação protetora do Estado, em contexto de expansão acelerada do nível global de emprego e de taxa de desemprego baixa. Para maiores detalhes sobre esse conceito, ver Mattoso (1995).

²⁶ Vale lembrar que as regras monetário-financeiras definidas em Bretton Woods e o papel assumido pelo dólar como **moeda-crédito internacional** (GUTTUMANN, 1994) criaram um ambiente de alta liquidez monetária internacional, que foi fundamental para a expansão econômica dos países centrais, quer seja para a ampliação do comércio mundial, quer pelo papel que teve no financiamento ao consumo e aos investimentos. Ou seja, a **atuação “keynesiana” do Estado** (acima ressaltada) e a **elevada elasticidade da oferta de crédito** foram, em grande medida, viabilizadas pelas regras de estabilidade monetária criadas em Bretton Woods e estiveram entre os principais elementos propulsores do crescimento sustentado da demanda agregada.

pectivos mercados internos, o principal fator de dinamismo econômico. O crescimento econômico baseado no mercado interno²⁷ dos países promoveu diversas modificações sobre o mercado de trabalho — que não se limitaram simplesmente a um aumento do nível de emprego, mas comportaram significativas mudanças estruturais. Em primeiro lugar, deve-se destacar que, nos Anos Dourados, ocorreu uma intensa mudança na estrutura setorial do emprego (Tabela 8), consubstanciada na diminuição da participação relativa do emprego agrícola²⁸, no aumento expressivo, em termos absolutos, do emprego na indústria²⁹, cuja participação relativa, porém, permaneceu pouco alterada na maior parte dos países, dada a elevada expansão do emprego nos serviços privados (agora em grande medida relacionados à própria expansão da indústria) e no setor público³⁰ (Tabela 9). A contribuição do setor público foi extremamente importante para que as taxas de desemprego na maioria dos países permanecessem em patamares inexpressivos durante os Anos Dourados, especialmente se comparadas às taxas de outros períodos (Tabela 10). A constituição do Welfare State, além

²⁷ São expressivas as observações de Glyn *et alli* (1990) sobre a precedência do mercado interno na determinação do crescimento econômico dos Anos Dourados: “*Growth was mainly centred on domestic market. Although international trade grew rapidly, it began from a very low base so that for individual countries (other than the very small ones) the domestic market dominated the overall growth of demand. Moreover, an increasing proportion of international trade took place between the advanced countries. Thus it was the internal market of the advanced countries as a group that provided the demand necessary to justify the investment.*”

²⁸ Sobre isso, Hobsbawm (1995) afirma que “(...) a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”. O autor ressalta, também, que o aumento da quantidade de máquinas à disposição do agricultor, bem como os ganhos em produtividade das plantações devido à introdução de técnicas agrícolas e também à utilização da química agrícola foram os principais fatores que levaram à intensa e acelerada redução da proporção da população agrícola.

²⁹ Sobre isso, é interessante citar a seguinte passagem de Hobsbawm (1995): “(...) no fim dos Anos Dourados havia sem dúvida mais operários no mundo, em números absolutos, e quase com certeza maior proporção de empregados em manufatura na população global do que jamais houvera antes”.

³⁰ A ampliação, ao longo dos anos, dos gastos públicos correntes e das transferências com a seguridade social (tomados como proporção do PIB) foi significativa quando comparados os períodos 1960-67, 1968-73 e 1974-79 na CEE e na OCDE, conforme mostra Mattoso (1995). Esse aumento dos gastos públicos foi acompanhado de uma ampliação da participação do emprego na administração pública no emprego total nas décadas de 60 e de 70, exceto nos EUA (Tabela 9).

dos efeitos positivos já comentados, também contribuiu na geração direta de uma grande quantidade de empregos, dada a ampliação de atividades nas áreas de educação, saúde e demais serviços de consumo público.³¹

Dentre as transformações ocorridas no mundo do trabalho, merece destaque também a trajetória ascendente dos salários reais,³² que foi favorecida pelo pleno emprego e pelos acordos coletivos, em um ambiente de elevado grau de segurança no trabalho e alta taxa média de sindicalização — Mattoso (1995) mostra que a média não ponderada de 17 países da OCDE era de 44% em 1970. O notável aumento dos salários reais dos trabalhadores³³ promoveu uma melhoria nos perfis distributivos e a ampliação da capacidade de gastos das famílias, também ampliada pela crescente incorporação da mulher ao mercado de trabalho (HOBSBAWM, 1995).

3 - Considerações finais

A consolidação de relações de trabalho mais estáveis, a ampliação do nível global de emprego, as reduzidas taxas de desemprego, a ampliação da taxa de participação dos membros da família (especialmente através da entrada da mulher no mercado de trabalho), os salários reais crescentes e a melhoria dos perfis distributivos fazem parte de um contexto bastante posi-

³¹ Hobsbawm (1995) salienta que as pessoas envolvidas em atividades de seguridade social representavam a maior parcela do corpo de funcionários públicos dos países. Mattoso (1995) mostra dados da OCDE que revelam que o emprego na administração pública cresceu mais do que o emprego nos serviços privados e também na indústria de transformação nos países da OCDE e nos da CEE entre 1960 e 1968. Foi especialmente nos Anos Dourados que se generalizaram os serviços públicos de saúde e educação. Muitos desses serviços eram exclusivos dependentes da iniciativa privada antes de serem generalizados na Era de Ouro do capitalismo.

³² Só para ilustrar, podemos citar a seguinte passagem de Mattoso (1995): “Entre 1960 e 1973, a taxa média anual de crescimento do salário real para a França foi de 5,0%, para o Reino Unido 3,3%, para a Itália 6,5% e para a Alemanha Ocidental 5,3%”.

³³ Mattoso (1995) mostra que, entre 1950 e 1975, a distribuição familiar da renda melhorou continuamente nos EUA.

tivo para o mundo do trabalho durante os Anos Dourados. Esses resultados só foram obtidos porque foram criadas condições políticas para que as relações salariais e o padrão de consumo pudessem se articular de forma virtuosa ao padrão produtivo e tecnológico vigente³⁴. Para isso, foi fundamental o arcabouço institucional constituído no Pós-Guerra (estabilidade monetária, regimes de paridade cambial e consolidação da hegemonia norte-americana), que criou condições para a ampliação do comércio mundial, a intensificação da concorrência intercapitalista e a formação do mercado de consumo de massas.

Essa conjugação entre padrão de consumo e padrão produtivo teve na atuação do Estado um importante elemento articulador. A intervenção do Estado nacional impediu que o processo de desenvolvimento econômico ficasse à mercê apenas dos mecanismos de mercado, conforme salientou Boyer (1995). Dessa forma, através da articulação dos interesses das grandes empresas oligopolistas com os do movimento sindical³⁵, foi definido um

³⁴ É curioso constatar que, durante a Guerra Fria, a "ameaça" comunista tenha sido funcional para promover um vertiginoso (e estável) crescimento econômico do capitalismo e que, mais recentemente, a derrocada dos regimes do Leste Europeu e a supressão da retórica de uma iminente (e definitivamente destruidora) guerra nuclear tenham coincidido com uma era de extrema instabilidade (e perda de dinamismo) do capitalismo.

³⁵ Não deve deixar de ser destacado que, em termos de organização sindical e determinação das relações salariais, há diferenças significativas entre os países, embora em todos eles a contratação coletiva tenha tido um papel muito importante no Pós-Guerra. Na Alemanha, por exemplo, existe unicidade sindical, movimento sindical organizado nacionalmente, Estado forte e atuante e seguridade social ampla; na França, embora a organização sindical seja fraca, o Estado é atuante, e os contratos coletivos de trabalho são negociados setorialmente; nos EUA, o movimento sindical não é atuante, mas os setores fordistas líderes celebraram acordos salariais que, muitas vezes, serviram como referência para setores industriais menos organizados; a Suécia tem algumas características semelhantes às da Alemanha, embora o Estado sueco não atue nas negociações coletivas com a mesma frequência; no entanto, o Estado de Bem-Estar sueco é mais amplo e mais antigo que o alemão; na Itália, a taxa de sindicalização dos Anos Dourados era relativamente elevada e, apesar de o sistema de seguridade social ser fraco, as cláusulas de indexação salarial garantiram uma ascensão expressiva no padrão de vida das famílias, ao assegurar ganhos salariais significativos durante duas décadas; por fim, o Japão apresenta sindicatos por empresas, mas o Estado é atuante e articula a política macroeconômica e industrial com os grandes conglomerados empresariais, impulsionando seus ganhos em produtividade, rentabilidade e, conseqüentemente, levando a economia ao pleno emprego. Sobre os vários aspectos em que se desdobra a organização sindical, bem como para estudar as diferenças entre os países, ver Mattoso (1995, especialmente p.40-43).

padrão de determinação salarial e de relações de trabalho que acabaram reforçando os pilares do crescimento econômico baseado no mercado interno de consumo de massas. Além da função de “coordenador” das relações entre capital e trabalho, o Estado também teve importante papel na administração macroeconômica, realizando políticas anticíclicas quando necessário e promovendo uma melhor distribuição da produtividade social, através da ampliação dos gastos públicos com a seguridade social. A constituição do Welfare State permitiu que os trabalhadores não ficassem totalmente sujeitos aos mecanismos de funcionamento do mercado de trabalho para terem um rendimento e poderem participar do mercado de consumo de massas (BOYER, 1995). A intervenção multifacetada do Estado, portanto, foi fundamental para que o mundo do trabalho ostentasse resultados que, até a Segunda Guerra, seriam inimagináveis para qualquer observador da realidade social, conforme ressaltou Hobsbawm (1995).

Comparando-se os Anos Gloriosos a etapas anteriores do desenvolvimento capitalista, especialmente no que se refere a seu impacto sobre o mundo do trabalho, e também levando em conta a desestruturação dos mercados de trabalho e dos sistemas de Welfare State dos países capitalistas desenvolvidos a partir do final dos anos 70 (em processo que se aprofundou nos anos 80 e 90),³⁶ pode-se chegar à conclusão inequívoca de que o mundo do trabalho do Pós-Guerra apresentou características que distinguem esse período como uma era de exceção na história do trabalho sob o capitalismo.

Entender os condicionantes históricos específicos desse período e a articulação política que definiu as ações do Estado nas diversas nações desenvolvidas do globo é tarefa fundamental para que os economistas e, de modo geral, todos os cientistas sociais que desejam um mundo de menores desigualdades possam enfrentar essa “maré neoliberal”, que teve sua hegemonia ideológica reforçada a partir da crise dos anos 70. **Os Anos Dourados ensinaram que, para que haja um crescimento econômico e social virtuoso, é necessária a construção de regras institucionais de**

³⁶ Um dos vários indicadores da deterioração do mundo do trabalho depois dos Anos Dourados está ilustrado na Tabela 11, que demonstra a contínua piora na distribuição funcional da renda no G-7 e mesmo em dois dos principais países escandinavos entre 1970 e 1996. Pelos dados da Tabela 11, é imediata a observação de que a parcela da renda retida pelo capital aumenta de forma significativa na maior parte dos países citados no período em questão.

funcionamento da economia internacional que permitam, dentre outros fatores, que os Estados nacionais possam realizar políticas estruturantes e de pleno emprego. O atual estágio do desenvolvimento capitalista e os seus resultados sociais e, ainda, as formas variadas de violência nos países do Terceiro Mundo e também nos desenvolvidos demonstram a catástrofe que ocorre quando as “forças de mercado” são deixadas “livres” e desregulamentadas.

A globalização em curso no mundo atual é fundamentalmente uma globalização financeira, em contexto de altíssima instabilidade e de relativamente poucos incentivos aos investimentos diretos na produção³⁷. A alta instabilidade aumenta a preferência dos agentes econômicos (grandes investidores, grandes corporações financeiras e empresas transnacionais) pela manutenção da riqueza na forma mais líquida possível. Dessa forma, cada vez mais, a valorização do capital se faz na órbita financeira, em detrimento da valorização pela produção de bens, afetando a geração de empregos.

Por fim, vale ressaltarmos que a defesa de uma nova ordem internacional pode parecer uma proposta que se posiciona na contramão da História apenas para aqueles que rezam pela cartilha do (neo)liberalismo, esta sim, uma ideologia que nada tem de inédita, posto que foi ressuscitada do século XIX. Talvez os que se colocam contra a (des)ordem internacional atual sejam vistos como bizarros pelos defensores da hegemonia ora reinante, da mesma maneira como os keynesianos olhavam para Hayek na década de 40 deste século. A diferença fundamental, entretanto, é que, enquanto Hayek³⁸ defendia suas posições contra a ordem vigente em meados do século XX, as economias nacionais estavam em pleno desenvolvimento e estruturação social. Por outro lado, hoje, os

³⁷ Belluzzo (1996) relaciona de forma clara esses elementos (apesar do pequeno espaço do referido artigo). O autor ressalta como a elevada proporção de riqueza mantida na forma de títulos públicos (riqueza mobiliária), em um contexto de desregulamentação dos mercados financeiros mundiais e, portanto, de alta instabilidade financeira, impõe aos detentores dessa forma de riqueza um comportamento de aversão à iliquidez e aos compromissos de longo prazo. Dessa maneira, o investimento produtivo é afetado tanto pelas dificuldades de obtenção de financiamento para empreendimentos, cujos períodos de maturação são tidos pelo mercado como longos, como também pelo fato de que se tornam cada vez mais corriqueiras as fusões ou aquisições de empresas produtivas já existentes, ao invés da criação de novas empresas (e, portanto, de nova capacidade produtiva e novos empregos).

³⁸ Além do já citado Hobsbawm (1995), o livro de Hirschman (1992) apresenta, em seu Capítulo 4, comentários interessantes sobre Hayek e sua contraposição à constituição do Welfare State e às idéias de “planejamento”.

que se colocam contra a ordem (neoliberal) estabelecida estão “simplesmente” e colocando contra a barbárie social, as desigualdades crescentes e as variadas formas de violência e de desvalorização da vida humana, vigentes nos diferentes países do globo.

Tabela 1

Taxas de desemprego em países selecionados — 1969-1996

PAÍSES SELECIONADOS	Taxas de desemprego em países selecionados — 1969-1996 (%)					
	1969	1974	1980	1990	1994	1996 (1)
EUA	3,5	5,6	7,2	5,5	6,1	5,7
Japão	1,1	1,4	2,0	2,1	2,9	3,1
Alemanha	0,7	2,1	3,2	6,2	9,6	8,7
França	2,3	3,0	6,2	8,9	12,4	11,5
Itália	5,3	5,0	7,7	11,5	11,3	10,5
Reino Unido	2,2	2,2	5,3	5,9	9,2	7,6
Canadá	4,4	5,3	7,5	8,1	10,4	9,1
Média G-7	2,6	3,7	5,5	5,8	7,2	6,6

FONTE: ECONOMIC OUTLOOK (1995). Paris: OCDE, n.57, jun.

(1) Previsão.

Tabela 2

Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto, por período,
em países selecionados — 1870-986

PAÍSES SELECIONADOS	Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto, por período, em países selecionados — 1870-986 (%)				
	1870-913	1913-50	1950-60	1960-73	1973-86
EUA	4,16	2,79	3,25	3,96	2,52
Grã-Bretanha	1,90	1,29	2,87	3,14	1,43
Alemanha	2,81	1,30	7,97	4,37	1,85
França	1,63	1,15	4,57	4,61	3,19
Itália	1,47	1,44	5,75	5,30	2,33
Japão	2,46	2,24	8,83	9,64	3,68

FONTE: MADDISON, A. (1989). *The world economy in the 20th Century*. Paris: OCDE. p.119-123.

Tabela 3

Taxas médias anuais de crescimento do Produto, do emprego e do Produto por trabalhador na indústria de transformação, em países selecionados — 1950-60

(%)

PAÍSES SELECIONADOS	PRODUTO	EMPREGO	PRODUTO POR TRABALHADOR
EUA	3,6	1,0	2,7
Inglaterra	3,5	1,1	2,3
Alemanha Ocidental	10,1	4,7	5,1
França	6,5	0,7	5,8
Itália	9,0	1,2	7,6
Bélgica	4,1	0,6	3,5
Japão	18,1	5,3	12,2

FONTE: TEIXEIRA, A. (1983). **O movimento da industrialização nas economias capitalistas-centrais no pós-guerra**. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI. p.82. (Texto para discussão, 25).

Tabela 4

Taxas médias anuais de crescimento do salário horário real na indústria de transformação, em países selecionados — 1960-89

(%)

PAÍSES SELECIONADOS	1960-68	1968-73	1973-79	1979-89
EUA	1,5	1,3	0,0	-0,9
Alemanha	4,3	5,2	2,5	1,3
França	4,0	5,3	3,7	0,9
Inglaterra	n.d.	3,7	0,9	2,6
Itália	3,0	9,0	5,2	0,7
Japão	5,2	9,7	1,6	1,6

FONTE: MATTOSO, J. A. (1995). **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta. p.96.

Tabela 5

Nível de emprego e taxa média anual de crescimento do emprego, por períodos,
em países selecionados — 1900-1986

PAÍSES SELE- CIONADOS	NÍVEL DE EMPREGO (milhares)					TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)			
	1900	1913	1950	1973	1986	1900-13	1913-50	1950-73	1973-86
EUA	27 929	38 821	61 651	88 868	111 303	2,57	1,26	1,60	1,75
Alemanha	13 842	17303	21 164	26 849	25 707	1,73	0,55	1,04	-0,33
França	20 241	21013	19 092	21 158	21 269	0,29	-0,26	0,45	0,04
Reino Unido	16 472	18566	22 400	25 076	24 542	0,92	0,51	0,49	-0,17
Itália	14 915	16349	18 536	22 708	24 819	0,71	0,34	0,89	0,69
Japão	24 252	25751	35 683	52 590	58 530	0,46	0,89	1,70	0,83

FONTE: MADDISON, A. (1989). *The world economy in the 20th Century*. Paris: OCDE. p. 132.

Tabela 6

Evolução da parcela dos gastos com consumo das famílias alocada em bens duráveis,
em países selecionados — 1950 e 1960

(%)

PAÍSES SELECIONADOS	1950	1960
EUA	12,8	10,7
Áustria	8,0	14,7
França	4,9	7,1
Inglaterra	6,5	9,3
Itália	3,2	4,0
Japão	3,9	6,3

FONTE: TEIXEIRA, J. A. (1995). *O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI. p.220. (Texto para discussão, n. 25).

Tabela 7

Taxas médias anuais de crescimento do volume de exportações, por período, em países selecionados — 1900-86

PAÍSES SELECIONADOS	Taxas médias anuais de crescimento do volume de exportações, por período, em países selecionados — 1900-86 (%)					
	1900-1913	1913-1929	1929-1950	1950-1973	1973-1980	1980-1986
EUA	2,47	2,91	1,68	6,28	5,66	-2,67
Alemanha	6,39	-0,53	-4,51	12,42	4,40	4,34
França	3,80	2,44	0,07	8,24	4,60	1,91
Reino Unido	4,20	-1,29	0,99	3,92	3,81	3,65
Itália	3,44	1,29	0,15	11,72	5,66	3,93
Japão	9,90	6,10	-0,97	15,41	9,20	5,77

FONTE: MADDISON, A. (1989). *The world economy in the 20th Century*. Paris: OCDE. p. 139.

Tabela 8

Distribuição setorial do emprego em países selecionados — 1950, 1960 e 1970

PAÍSES SELECIONADOS	Distribuição setorial do emprego em países selecionados — 1950, 1960 e 1970 (%)								
	SETOR PRIMÁRIO			SETOR SECUNDÁRIO			SETOR TERCIÁRIO		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
EUA	13,5	8,3	4,4	34,1	33,6	32,2	52,4	58,2	63,4
Alemanha	24,7	14,0	8,6	42,9	48,8	49,3	32,4	37,3	42,1
França	31,7	22,4	14,0	35,4	37,8	38,5	32,8	39,8	46,2
Inglaterra	5,6	4,1	2,8	47,7	48,8	44,8	46,7	47,8	52,4
Itália	41,7	32,8	19,5	31,7	36,9	43,8	26,5	30,2	36,6
Japão	41,3	30,2	17,4	24,5	28,5	35,7	34,2	41,3	46,9

FONTE: TEIXEIRA, A. (1983). *O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI. p. 214. (Texto para discussão, n. 25).

Tabela 9

Participação do emprego na administração pública no emprego total, em países selecionados — 1960-1979

PAÍSES	Participação do emprego na administração pública no emprego total, em países selecionados — 1960-1979 (%)			
	1960	1968	1974	1980
EUA	14,7	17,0	16,1	15,4
Alemanha	8,0	10,9	13,0	14,6
França	-	-	-	20,0
Inglaterra	14,8	17,5	19,6	21,1
Itália	-	-	13,4	14,5
Japão	-	-	6,3	6,7
Suécia	12,8	18,4	24,8	30,4

FONTE: MATTOSO, J.A. (1995). *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta. p. 33.

Taxas médias anuais de desemprego, por período, em países selecionados — 1921-1973

(% da população ativa total)

PAÍSES	1921-1929	1930-1938	1950-1959	1960-1967	1968-1973
EUA	5,1	14,5	4,5	5,0	4,6
Alemanha	9,2	21,8	4,9	0,8	0,8
França	3,8	10,2	1,8	1,5	n.d.
Inglaterra	8,3	11,7	1,4	1,5	2,4
Itália	3,3	9,6	10,1	4,9	5,7
Japão	n.d.	4,9	2,2	1,6	2,2

FORNTE: MATTOSO, J.A. (1995). **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta. p.34.

Tabela 11

Parcela da renda criada no setor privado retida pelo capital em países selecionados — 1970-1996

(%)

PAÍSES SELECIONADOS	1970-77(1)	1984	1990	1994	1996 (2)
EUA	31,9	33,6	33,5	33,3	33,4
Japão	34,6	30,3	32,0	30,2	28,7
Alemanha (3)	34,0	34,0	37,1	39,2	40,1
França	31,2	30,7	37,6	39,8	41,0
Itália	31,0	36,4	37,3	39,7	41,7
Reino Unido	29,7	31,9	28,4	30,9	31,2
Canadá	34,5	39,3	35,1	33,8	35,1
Média do G-7	32,4	33,1	33,9	34,2	34,4
Dinamarca	31,5	35,6	36,7	39,9	40,3
Suécia	28,8	33,1	27,4	34,6	33,3

FORNTE: ECONOMIC OUTLOOK (1995). Paris: OCDE, n.57, jun.

(1) Média do período 1970-77. (2) Previsão. (3) Até 1990, inclusive, dados apenas da antiga Alemanha Ocidental.

Bibliografia

- ALDCROFT, D. H. (1977). **From Versailles to Wall Street - 1919-1929**. London.
- BELLUZZO, L. G. (1995). O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. **Economia e Sociedade**, Campinas : UNICAMP/IE, jun.
- BELLUZZO, L. G. (1996). O despotismo dos estoques. **Carta Capital**, 26, ju.
- BELLUZZO, L. G. (1996a). A globalização da estupidez. **Carta Capital**, 18 set.
- BELLUZZO, L. G. (1996b). As críticas e o silêncio. **Carta Capital**, 30 out.
- BORDO, M. D. (1994). The Bretton Woods International Monetary System: a historical overview. In: BORDO, M. D., EICHENGREEN, B., org. **A retrospective on the Bretton Woods System**. Chicago : The University of Chicago.
- BORDO, M. D., EICHENGREEN, B., org. (1994). **A retrospective on the Bretton Woods System**. Chicago : The University of Chicago.
- BOWLES, S., BOYER, R. (1990). A wage-led employment regime: income distribution, labour discipline and aggregate demand in welfare capitalism. In: MARGLIN, S., SCHOR, J., org. **The golden age of capitalism**. Oxford : Clarendon Press.
- BOYER, R. (1995). Une lecture régulationniste de la croissance et de la crise. In: COMBEMALE, P., PIRIOU, J., org. **Nouveau manuel de sciences économiques et sociales**. Paris : La Decouverte. cap.18, p.473-496.
- CHESNAIS, F. (1996). **A mundialização do capital**. São Paulo : Xamã.
- COUTINHO, L., BELLUZZO, L. G. (1984). O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial do pós-guerra. **Estudos Cebrap**, n.23.
- EATWELL, J. (1993). Unemployment on a World Scale. In: ____, ed. **Global unemployment - loss of jobs in the 90's**. NewYork : M. E. Sharpe
- ECONOMIC OUTLOOK (1995). Paris : OECD, n.57.
- GLYN, A. et al. (1990). The rise and fall of the golden age. In: MARGLIN, S., SCHOR, J., org. **The golden age of capitalism**. Oxford : Clarendon Press.

- GUTTMANN, R. (1994). **How credit - money shapes the economy**. New York : M. E. Sharpe.
- HIRSCHMAN, A. O. (1992). **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo : Companhia das Letras.
- HOLLAND, S. (1995). Remodelando Bretton Woods: respostas em nível regional e internacional. **Revista de Política Externa**, v.4, n.3, dez.
- KEYNES, J. M. (1988). **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo : Nova Cultural. (Os Economistas).
- MADDISON, A. (1989). **The world economy in the 20th century**. Paris : OECD.
- MARGLIN, S. (1990). Lessons of the golden age: an overview. In: MARGLIN, S., SCHOR, J., org. **The golden age of capitalism**. Oxford : Clarendon Press.
- MARGLIN, S., SCHOR, J., org. (1990). **The golden age of capitalism**. Oxford : Clarendon Press.
- MATTOSO, J. (1995). **A desordem do trabalho**. São Paulo : Scritta.
- MINSKY, H. (1982). **Can 'it' happen again?** essays on instability and finance. New York : Armonk.
- MOFFITT, M. (1984). **O dinheiro do mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- TEIXEIRA, A. (1983). **O movimento da industrialização nas economias centrais no pós-guerra**. Rio de Janeiro : IEL. (Texto para discussão, n.25).
- VAN DER WEE, H. (1987). **Prosperity and upheaval: the world economy 1945-1980**. London : Pelikan.

Abstract

This paper analyses the role played by the institutions created in Bretton Woods in the consolidation of Organized Labor Markets in the G7 low countries during the post-World War II. These countries labor markets showed unemployment rates, real wage increases and better income distribution than ever in the History of Capitalism. The main objective of this article is to arouse the importance of the international institutions and of the Nation-States in the consolidation of full-employment macroeconomic policies. The end of the Bretton Woods arrangements and the instability created by global financial markets provoked the reversion of the positive results obtained in the post-World War II national labor markets.